



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 359/2025

AUTORA: Deputada **PROFESSORA JANAD VALCARI**

ASSUNTO: Autoriza o Estado do Tocantins a criar linha de crédito para financiamento de veículos automotores destinados à renovação da frota utilizada por condutores autônomos nas atividades de mototáxi, motofrete, táxi e transporte turístico, e dá outras providências.

RELATORA: Deputada **CLÁUDIA LELIS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se o presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada **PROFESSORA JANAD VALCARI**, que “Autoriza o Estado do Tocantins a criar linha de crédito para financiamento de veículos automotores destinados à renovação da frota utilizada por condutores autônomos nas atividades de mototáxi, motofrete, táxi e transporte turístico, e dá outras providências”.

Justifica a autora que a proposição tem por finalidade instituir um programa de financiamento destinado à renovação da frota de veículos utilizados por profissionais autônomos das áreas de mototáxi, motofrete, transporte individual por aplicativos, táxi e transporte turístico.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete a análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relato essencial.



II - DO VOTO

O projeto de lei em tela, ao autorizar o Poder Executivo a criar linha de crédito para financiamento de veículos automotores destinados à renovação da frota utilizada por condutores autônomos nas atividades de mototáxi, táxi e transporte e transporte turístico, está eivado de inconstitucionalidade, vez tratar-se de matéria autorizativa.

Os projetos de lei meramente autorizativos constituem mera sugestão ao Poder Executivo e, por isso, são inconstitucionais e injurídicos, por tratarem de matéria cuja iniciativa é privativa do chefe do Poder Executivo e por não conterem um comando obrigatório, nada acrescentando ao ordenamento jurídico.

O professor doutor, Sérgio Resende de Barros, analisando a natureza das intrigantes leis autorizativas, especialmente quando votadas contra a vontade de quem poderia solicitar a autorização, ensina:

"insistente na prática legislativa brasileira, a 'lei' autorizativa constituiu expediente, usado por parlamentares, para granjeiar o crédito político pela realização de obras ou serviços em campos materiais nos quais não têm iniciativa das leis, em geral matérias administrativas. Mediante esse tipo de 'leis', passam eles, de autores do projeto de lei, a co-autores da obra ou serviço autorizado. Os constituintes consideraram tais obras e serviços como estranhos aos legisladores e, por isso, os subtraíram da iniciativa parlamentar das leis. Para compensar essa perda, realmente exagerada, surgiu 'lei' autorizativa, praticada cada vez mais exageradamente autorizativa é a 'lei' que - por não poder determinar - limita-se a autorizar o Poder Executivo a executar atos que já lhe estão autorizados pela Constituição, pois estão dentro da competência constitucional desse Poder. O texto da 'lei' começa por uma expressão que se tornou padrão: 'Fica o Poder Executivo autorizado a...' O objeto da autorização - por já ser de competência constitucional do Executivo - não poderia ser 'determinado', mas é apenas 'autorizado' pelo Legislativo, tais 'leis', óbvio, são sempre de iniciativa parlamentar, pois jamais teria cabimento o Executivo se autorizar a si próprio, muito menos onde já o autoriza a própria Constituição. Elas constituem um vício patente" (**Leis Autorizativas**. Revista da Instituição Toledo de Ensino, agosto a novembro de 2000, Bauru, p. 262).

O STF em julgamentos de ADIs sobre estes tipos de leis tem declarado a inconstitucionalidade das normas autorizativas por usurpação da competência legislativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo e pela mitigação do princípio da separação de Poderes (ADI 2577, ADI 1955).

Ademais, o legislador estadual ao autorizar o Executivo a criar a linha de crédito em questão, bem como estabelecer o formato que tal política de crédito deve ter, ofende ao princípio da separação entre os Poderes, sem contar que a



proposta, ainda, **ostenta inegável caráter orçamentário**. Tanto é assim que, nos termos do art.3º do presente projeto, o financiamento pode contar com subsídios, garantias ou outras formas de incentivo, conforme disponibilidade orçamentária e diretrizes do Poder Executivo, o que reforça a intromissão do Poder Legislativo em atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo, desrespeitando o postulado da separação de Poderes.

Portanto, as leis autorizativas são inconstitucionais por vício formal de iniciativa, por usurparem a competência material do Poder Executivo e por ferirem o princípio constitucional da separação de poderes.

Ao Poder Executivo cabe sempre o exercício de atos que impliquem gerir atividades estaduais. Quando o Poder Legislativo pretende intervir na forma pela qual se dará esse gerenciamento, está a usurpar funções que são incumbência do Chefe do Poder Executivo.

A ingerência do Legislativo no campo de atuação do Executivo constitui usurpação das funções do chefe do Executivo, ferindo, consequentemente, o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, estabelecido no art. 2º, da Constituição Federal e repetido no artigo 4º, da Constituição Estadual.

Ante o exposto, diante dos vícios apontados na presente proposta que comprometem e impedem sua regular tramitação, **VOTO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº **359/2025**, por apresentar inconstitucionalidade.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 2025.

Deputada CLÁUDIA LELIS

Relatora



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

D E S P A C H O

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Claudia Lelis..... referente ao(a) PL 359/2025...

Encaminhe-se(a)(ao) Dep. Valdemar Júnior

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2025

Deputado VALDEMAR JÚNIOR
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS PRESENTES	MEMBROS SUPLENTES PRESENTES
Dep. VALDEMAR JÚNIOR (✓)	Dep. JORGE FREDERICO ()
Dep. LEO BARBOSA (✓)	Dep. OLYNTHO NETO ()
Dep. CLAUDIA LELIS (✗)	DeP. PROF. JÚNIOR GEO ()
Dep. GUTIERRES TORQUATO ()	Dep. GIPÃO (✗)
Dep. MOISEMAR MARINHO ()	Dep. MARCUS MARCELO ()